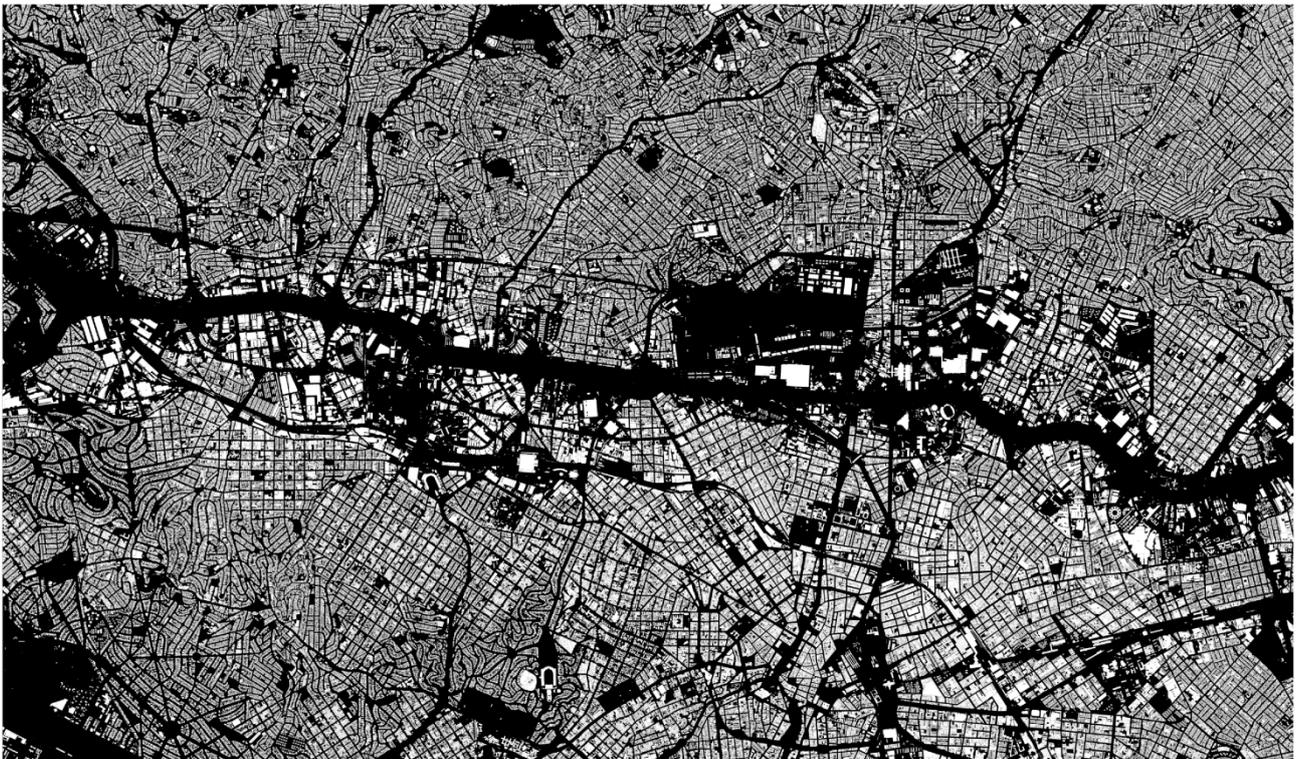


Arco Tietê



ELEMENTOS PRÉVIOS AO DESENVOLVIMENTO DO PIU

SISTEMATIZAÇÃO DA PRIMEIRA CONSULTA PÚBLICA (P 3.2)

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
1. RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES – CONSULTA PÚBLICA PRÉVIA	6
1.1. <i>SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES</i>	6
2. CONTRIBUIÇÕES DA REUNIÃO DO CPMU	9
FICHA TÉCNICA	12

APRESENTAÇÃO

A proposta de reformulação urbanística e jurídica do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê (PIU-ACT), cujo prosseguimento se dará nos termos do Decreto nº 56.901/ 2016, representa a continuidade dos trabalhos desenvolvidos entre 2013 e 2016 que resultaram no Projeto de Lei nº 581/ 2016, protocolado na Câmara Municipal em dezembro de 2016 a fim de promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas, com potencial de transformação, aproveitando melhor a terra e reforçando a infraestrutura existente para apoiar o aumento das densidades demográfica e construtiva, permitindo o desenvolvimento de novas atividades econômicas, criação de empregos, produção habitacional de interesse social e equipamentos públicos para a população e mitigar os problemas ambientais.

Após a retirada do PL da Câmara pelo Executivo em abril de 2017, a fim de propor uma nova estratégia de abordagem do projeto, a retomada do projeto pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e da SP-Urbanismo inicia-se com a elaboração de diagnóstico atualizado, compreendendo a análise do marco regulatório e dos projetos colocalizados supervenientes, análise socioterritorial e análise ambiental e com a identificação de um programa de interesse público, composto pelas diretrizes urbanísticas que nortearão o desenvolvimento do PIU, viabilidade da transformação, impacto ambiental ou de vizinhança esperado, possibilidade de adensamento construtivo e populacional e modo de gestão democrática da intervenção proposta.

Esta fase prévia a elaboração do PIU se completa com a disponibilização do diagnóstico e do programa de interesse público para consulta pública por meio do Site Gestão Urbana, possibilitando à população acompanhar os trabalhos e contribuir para a construção do projeto, fortalecendo a participação popular nas decisões dos rumos da cidade.

The image shows a screenshot of the website gestaourbana.sp.gov.br. At the top, there is a navigation bar with the site name, the São Paulo City Coat of Arms, and the text 'PREFEITURA DE SÃO PAULO'. There are also links for 'Entenda' and 'English | Español', and a search bar with the text 'Buscar no site Digite sua busca...'. Below the navigation bar, there are five menu items: 'Marco Regulatório', 'Estruturação Territorial', 'Projetos Urbanos', 'Zona Rural', and 'Acervo Urbano'. The main content area features a large banner with an aerial view of the city of São Paulo. The banner includes the text 'participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br', '1ª Consulta Pública', 'Projeto de Intervenção Urbana', and 'Arco Tietê'. At the bottom of the banner, there is a call to action: 'Ajude a melhorar o projeto para o entorno do Rio Tietê!'. The banner is divided into two main color sections: a blue section on the left and an orange section on the right.

Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>

Disponibilizado na web (<https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arco-tiete>) entre 16 de outubro de 2019 e 05 de novembro de 2019, o conteúdo do diagnóstico e do programa de interesse público foi sintetizado e organizado de modo a permitir que a população faça comentários a cada tema, visando facilitar a compreensão do assunto em debate e a sistematização posterior dos comentários, que subsidiarão o desenvolvimento dos estudos do PIU-ACT e permitirão entender a expectativa dos munícipes em relação ao futuro desta região da cidade.

O conteúdo desta primeira consulta pública foi organizado da seguinte forma:

- Apresentação;
- Motivação;
- Diagnóstico;
 - Perímetro de estudo;
 - Dados gerais;
 - Análise do marco regulatório e dos projetos colocados supervenientes;
 - Análise socioterritorial e ambiental;
- Programa de Interesse Público;
 - Atualização do perímetro e setores de intervenção;
 - Diretrizes urbanísticas;
 - Viabilidade da transformação e adensamento;
 - Impactos esperados e
 - Modelo de gestão democrática.

Apesar de o prazo para consulta ter sido restrito aos 20 dias previstos pelo Decreto nº 56.901/2016, trata-se do primeiro de outros momentos de participação popular. A participação popular prossegue em diferentes etapas de desenvolvimento do PIU e em diferentes modalidades: realização de diálogos setoriais, tanto junto ao setor público, por meio de reuniões e grupos de trabalhos com as secretarias cuja competência seja pertinente ao trabalho, bem como com a sociedade civil, por meio de reuniões com associações de moradores, ONGs que atuam no território, representantes dos setores produtivos, entre outros atores identificados; novas consultas públicas no site Gestão Urbana; realização de apresentação e discussão junto aos Conselhos Municipais Setoriais e Câmaras Técnicas Municipais, compostos por representantes do poder público e sociedade civil: Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, Câmara Técnica Legislação Urbanística – CTLU e outros; e realização de Audiências Públicas no próprio território do projeto.

Com vistas ao aperfeiçoamento do processo de planejamento e desenvolvimento do Projeto de Intervenção este Relatório tem a finalidade de consolidar e analisar as sugestões e críticas recebidas com base na divulgação do diagnóstico e do programa de interesse público.

O PIU-ACT deverá resultar em projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, tratando dos instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, nos termos do PDE, objetivando alcançar transformações urbanísticas, econômicas e ambientais no perímetro.

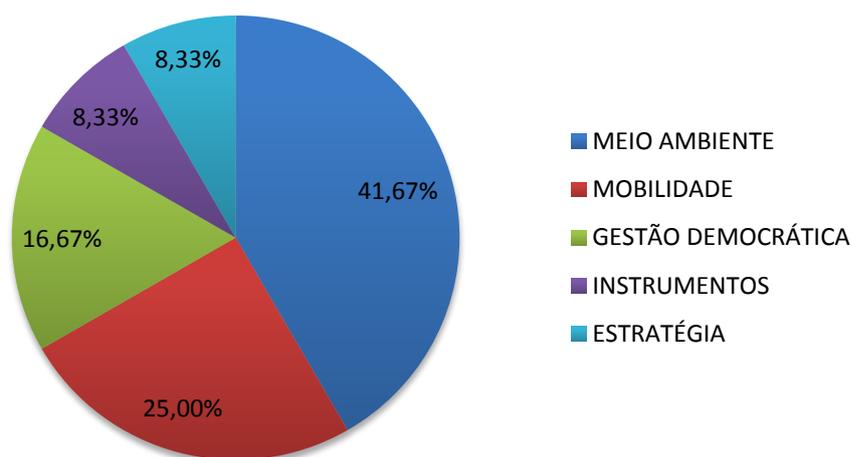
1. RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES – CONSULTA PÚBLICA PRÉVIA

1.1. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

A consulta pública permaneceu disponível para comentários durante 20 dias, conforme Decreto nº 56.901/2016, entre os dias 16 de outubro e 05 de novembro de 2019, resultando em 10 contribuições, nenhuma delas identificada com alguma organização ou entidade.

Como em Projetos de Intervenção Urbana (PIU) anteriores, os comentários foram sistematizados por eixos temáticos, sendo que algumas contribuições contemplaram mais de um eixo. Assim como foi reduzida a participação, também foi pequena a variedade de eixos temáticos abordados. O tema da habitação, por exemplo, recorrente nos projetos urbanos desta escala, não foi abordado nesse primeiro momento. Ainda assim foi possível identificar questões relevantes a serem desenvolvidas nas etapas futuras do projeto. Foram temas abordados neste primeiro momento e o assunto que trataram:

- (i) Meio ambiente (5) – situação do rio Tietê, demanda por novas áreas verdes, urbanização x meio ambiente;
- (ii) Mobilidade (3) - transposições do rio e da ferrovia, infraestrutura cicloviária, transporte coletivo;
- (iii) Gestão Democrática (2) - participação social;
- (iv) Instrumentos (1) - financiamento;
- (v) Estratégia (1) - atualização do perímetro.



Ainda que os eixos temáticos meio ambiente e mobilidade tenham se sobressaído aos demais em quantidade, como se trata da primeira consulta pública e como foram poucas as contribuições, ainda é prematuro concluir que estes eixos representam os principais anseios da sociedade. De qualquer forma, conforme texto da consulta pública, considerando as demandas e os problemas evidenciados na etapa de diagnóstico, a retomada do PIU Arco Tietê buscou evidenciar aspectos relativos à construção de um

projeto urbano sustentável, no qual todas as ações são engajadas para assegurar a interação entre viabilidade econômica, desenvolvimento social e regeneração ambiental. Em termos urbanísticos, somam-se a essa tríade os aspectos relativos à mobilidade urbana, elemento central na Política Urbana construída pelo PDE.

Dentre as contribuições, as que corroboram com o projeto estão comumente associadas a sugestões de ampliação de medida ou sua complementação e à cobrança da efetivação das propostas. Neste grupo estão incluídas sugestões de previsão de conectividade para as infraestruturas ciclovárias propostas, aumento expressivo das áreas verdes, priorização e qualificação do transporte coletivo, fortalecimento do processo participativo, qualificação das transposições, com relatos de insegurança relacionados a isolamentos decorrentes da ferrovia e sugestão específica de incentivo à sua transposição por meio de empreendimentos associados, permitindo alternativas de transposição por meio de edificações. São sugestões que poderão ser incorporadas ao projeto em maior ou menor escala, a depender da contribuição de representantes dos demais órgãos da administração pública, da viabilidade econômica, do instrumento de ordenamento e reestruturação urbana estabelecido e das atribuições e competências dos órgãos da administração.

Dentre as críticas, há insatisfação quanto à alteração do perímetro e uma associação do projeto com o avanço da urbanização, classificando-o como prejudicial ao meio ambiente. No que diz respeito à alteração do perímetro, conforme esclarecido na devolutiva, novos planos, projetos e marcos legais foram desenvolvidos no âmbito do Município a partir de 2016, data de envio do Projeto de Lei nº581/2016 à Câmara Municipal, e seus perímetros e disposições se sobrepõem ora integralmente, ora parcialmente ao perímetro do PIU Arco Tietê, com impactos no projeto anteriormente concebido, demandando uma nova estratégia de abordagem para o projeto. Além disto, a sobreposição e recorrência de temas e questões emergentes do diagnóstico sócio territorial e ambiental deu origem a recortes menores e considerados estratégicos para transformação e qualificação urbanística e ambiental, os Setores de Intervenção, áreas consideradas prioritárias para a indução da transformação e o equacionamento dos problemas e potencialidade do Arco Tietê.

Conforme consta na consulta pública, cabe ressaltar que esses Setores não corresponderão, necessariamente, aos perímetros de intervenção futuros, que serão formulados nas próximas etapas do desenvolvimento do trabalho, mas uma primeira aproximação para o dimensionamento da viabilidade da transformação, do adensamento futuro pretendido e das diretrizes para o Programa de Interesse Público do Arco Tietê.

No que diz respeito ao avanço da urbanização, a devolutiva esclarece que a planície fluvial do rio Tietê é marcada pela concentração de infraestruturas e, segundo o Plano Diretor Estratégico (PDE), a área, com potencial de transformação, enseja maior aproveitamento da terra urbana e conseqüente aumento das densidades construtivas e demográficas, implantação de novas atividades econômicas e emprego e atendimento às necessidades de habitação e de equipamentos sociais para a população.

No fato de tratar-se de uma planície fluvial reside a importância da construção de um projeto urbano sustentável na busca de contribuir para solucionar os diversos problemas derivados do processo de urbanização do perímetro, de modo a assegurar o uso mais coerente e inteligente da cidade, de sua infraestrutura e de seus recursos, utilizando-se de ferramentas concretas para o aumento das áreas permeáveis e da arborização, para a captação, condução e retardo do lançamento das águas pluviais e para a qualificação dos rios e córregos.

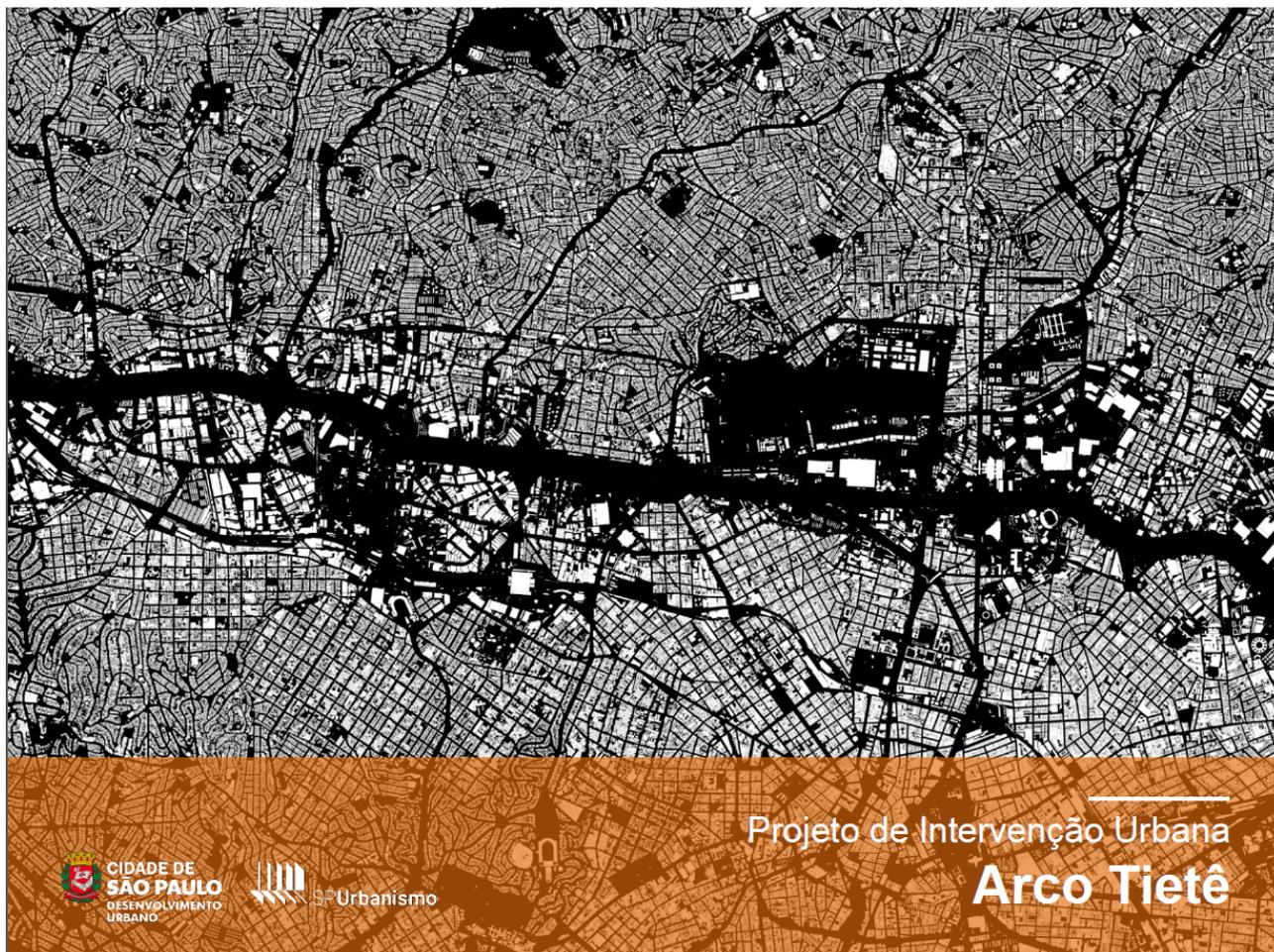
Há ainda alerta que contrapõe a atual situação do rio Tietê, degradado do ponto de vista ambiental, à estratégia do marco regulatório de incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade, corroborada por manifestação que foca na necessidade de recuperação do rio. Neste aspecto, ainda que, conforme já discriminado, busque-se a construção de um projeto urbano sustentável, a situação atual dos rios e córregos decorre de um processo ocorrido ao longo de anos e a solução dos problemas de saneamento e drenagem envolvem diferentes esferas e entidades públicas e diferentes eixos de atuação, cabendo ao PIU-ACT uma nova estratégia, preparar o território para no futuro a cidade se aproximar de forma integrada e qualitativa do rio. A proposta de construção de novas vias internas aos bairros, como os apoios urbanos, ou na região da macrometrópole, como o rodoanel, contribuirão para reconquista das margens do rio em longo prazo.

Por fim, é demonstrada na consulta pública preocupação com as estratégias de financiamento e, segundo devolutiva, esclarece-se que no desenvolvimento do PIU serão definidas as estratégias de financiamento das intervenções previstas na modelagem urbanística, com identificação de fontes de recursos passíveis de serem utilizados e proposta, se for o caso, de parcerias com outras esferas do setor público e com o setor privado para a implantação das intervenções previstas, nos termos do PDE.

2. CONTRIBUIÇÕES DA REUNIÃO DO CPMU

A 58ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana (CPMU), que é constituído por representantes do Poder Público e da sociedade civil, organizados por segmentos, ocorreu em 31 de outubro de 2019 no Edifício Martinelli, precedida de convocação publicada no Diário Oficial do Município em 24 de outubro de 2019. A reunião, que contou com a posse de novos conselheiros da sociedade civil, teve como pauta, entre outros, o Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê.

O conteúdo da reunião, diagnóstico e programa de interesse público, corresponde ao mesmo disponibilizado para consulta na web, desta vez, formatado como apresentação de slides.



Abertura da apresentação de slides do Diagnóstico e Programa de Interesse Público do PIU-ACT no CPMU

Complementarmente àquelas provenientes da consulta pública da web, as contribuições do conselho trouxeram novos assuntos e novos eixos temáticos à pauta. De modo geral, as manifestações demonstraram compreensão com a redução do perímetro e com a complexidade envolvida num perímetro de grandes dimensões.

Na reunião o tema da habitação fez-se presente de diferentes formas. Por um lado, houve identificação de viabilidade para implantação de habitação de interesse social no território, sobretudo em áreas públicas, demandando esforços para que o projeto ofereça uma modelagem eficaz para sua concretização. Por outro, tratou-se da inserção das habitações nas Zonas Predominantemente Industriais,

onde há presença de ZEIS e permissão para EHIS, mas há restrição para outros grupos de atividades residenciais.

Ainda no que diz respeito à habitação, foi destacado o processo de interação ocorrido entre SPUrbanismo e SEHAB em projetos anteriores e a importância de sua continuidade.

A questão habitacional e da sua inserção no território são presentes nas diretrizes gerais do programa de interesse público, sendo que o desenvolvimento do projeto deverá apontar as ferramentas e medidas concretas para sua efetivação, ouvida a SEHAB em reuniões, grupos de trabalhos e demais modalidades de participação.

A questão fundiária também foi tema de manifestação, apontando-se como demanda que o projeto proponha soluções de acesso legal a empreendimentos existentes e futuros podendo levar em conta servidões existentes. O isolamento é uma das consequências do que se definiu como urbanização incompleta (tecido urbano marcado pela presença de grandes quadras que não se integram ao entorno, bem como grandes áreas vazias ou com baixos índices de ocupação que não receberam adequada infraestrutura) sendo um dos desafios a serem enfrentados pelo ACT para assegurar o uso mais coerente e inteligente da cidade, de sua infraestrutura e de seus recursos.

Os parâmetros de uso e ocupação do solo e o fator de planejamento foram destacados como indispensáveis à viabilidade do projeto no que diz respeito à atratividade do mercado e, conseqüentemente, da captação de recursos, com solicitação de incluir representantes do setor imobiliário desde a concepção da modelagem econômica. Esclareceu-se em reunião que os parâmetros de uso e ocupação do solo serão definidos em etapa futura do desenvolvimento do projeto e que há previsão de outras modalidades de participação popular nas demais etapas de projeto, como os diálogos setoriais por meio de reuniões com associações, representantes dos setores produtivos, entre outros.

Também quanto à participação social, foi questionado o tempo disponibilizado para a consulta pública na web, principalmente considerando que outros Projetos de Intervenção Urbana estão em desenvolvimento concomitantemente, além da efetividade da comunicação, reforçando a necessidade de utilização de ferramentas que façam a informação chegar à população e permitam sua compreensão. Em reunião esclareceu-se que o PIU é disciplinado pelo Decreto nº 56.901/2016 que estabelece inclusive as formas de participação popular, desta forma, a participação não se restringe a primeira consulta pública na web. Além disto, há uma cronologia prevista pela gestão para que o PL seja encaminhado à Câmara no ano de 2020.

Ainda quanto à participação social, a inserção dos Conselhos Gestores de ZEIS nas propostas do PIU-ACT foi questionada, expressando que a população deva ser consultada antes da consolidação de propostas.

O eixo ambiental fez-se presente em manifestação solicitando a delimitação das áreas de preservação permanente (APPs), para que haja mais clareza para o empreendedor. Além disto, ressaltou-se a relação entre a permeabilidade do solo e a recuperação do rio Tietê.

No que diz respeito à estratégia, foi relatada a dificuldade de compatibilização entre as regras previstas na lei de parcelamento uso e ocupação do solo (LPUOS) e aquelas pertinente aos PIU, com sugestão de definição de uma regra de transição. Relacionado ao mesmo tema, houve questionamento do PIU como instrumento de flexibilização da LPUOS e a relação de escala dos diferentes PIU. Esclareceu-se em reunião que advém do PDE a delimitação dos perímetros dos arcos e a necessidade de elaboração de projetos de intervenção urbana nos subsetores da MEM, macroárea com papel estratégico na reestruturação urbana do município. Também são os PIU que, de acordo com a LPUOS, definirão os parâmetros específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo das ZOE, porções do território que, por suas características específicas, necessitam de disciplina especial. Daí decorre a diversidade de escalas e camadas de proposição.

Transversalmente a temas que dizem respeito ao projeto de maneira mais ampla, regiões de Pirituba e Lapa foram objeto de questionamentos direcionados. No caso de Pirituba, questionou-se sua inserção na proposta de revisão do perímetro, a expectativa de implantação do trecho do apoio urbano norte próximo a Pirituba e a perspectiva de elaboração de um PIU para o Eixo de Desenvolvimento Noroeste.

Reconhece-se que a região de Pirituba é um eixo de desenvolvimento, mas acredita-se que sua relação com o Eixo de Desenvolvimento Noroeste possa ser mais efetiva do que com o ACT. Por sua vez, tendo sido elaborados os PIU com prazo pré-determinado pelo PDE as ações de desenvolvimento urbano dirigem-se às demais áreas de desenvolvimento do município. A nova estratégia do PIU em segmentar o apoio urbano norte em anéis que configuram etapas intermediárias para sua implantação realizando importantes conexões intrabairros, visa à viabilidade de implantação no arco temporal do PIU-ACT.

Já no caso da Lapa, a manifestação, que vinha de encontro à diretriz do projeto de implantar o parque Guaicurus, contemplando a integração dos equipamentos públicos existentes (Poupatempo, Subprefeitura da Lapa, Tendal da Lapa, Mercado da Lapa e Junta Comercial do Estado de São Paulo), prevendo sua articulação com novas transposições sobre a ferrovia e com as estações de trem e terminal de ônibus existentes, visando a valorização da orla ferroviária, foi replicada na consulta pública na web, onde foi respondida de maneira individualizada.

Nem todos os comentários puderam ser objeto de resposta individual na reunião, ainda assim, aqueles cuja matéria seja pertinente ao planejamento urbano poderão avançar no desenvolvimento do projeto considerando também a viabilidade econômica e o instrumento de ordenamento e reestruturação urbana estabelecido.

PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA ARCO TIETÊ

FICHA TÉCNICA

José Armênio de Brito Cruz - **Presidência da São Paulo Urbanismo**

Leonardo Amaral Castro - **Diretoria de Desenvolvimento**

Marcelo Fonseca Ignatios - **Superintendência de Estruturação de Projetos**

Análise Urbanística

Ana Claudia Rocha Bonfim

Anna Carvalho de Moraes Barros (coordenação)

Eduardo Tavares de Carvalho

Kaique Xavier da Silva (estágio)

Laísa Bócoli Chamme

Marlon Rubio Longo

Rafael Giorgi Costa

Sônia da Silva Gonçalves

Análise Ambiental

Waldir Macho de La Rubia

Análise Econômica

Alan Americo da Silva (estágio)

Allan Martino Matos

Bruno Martins Hermann

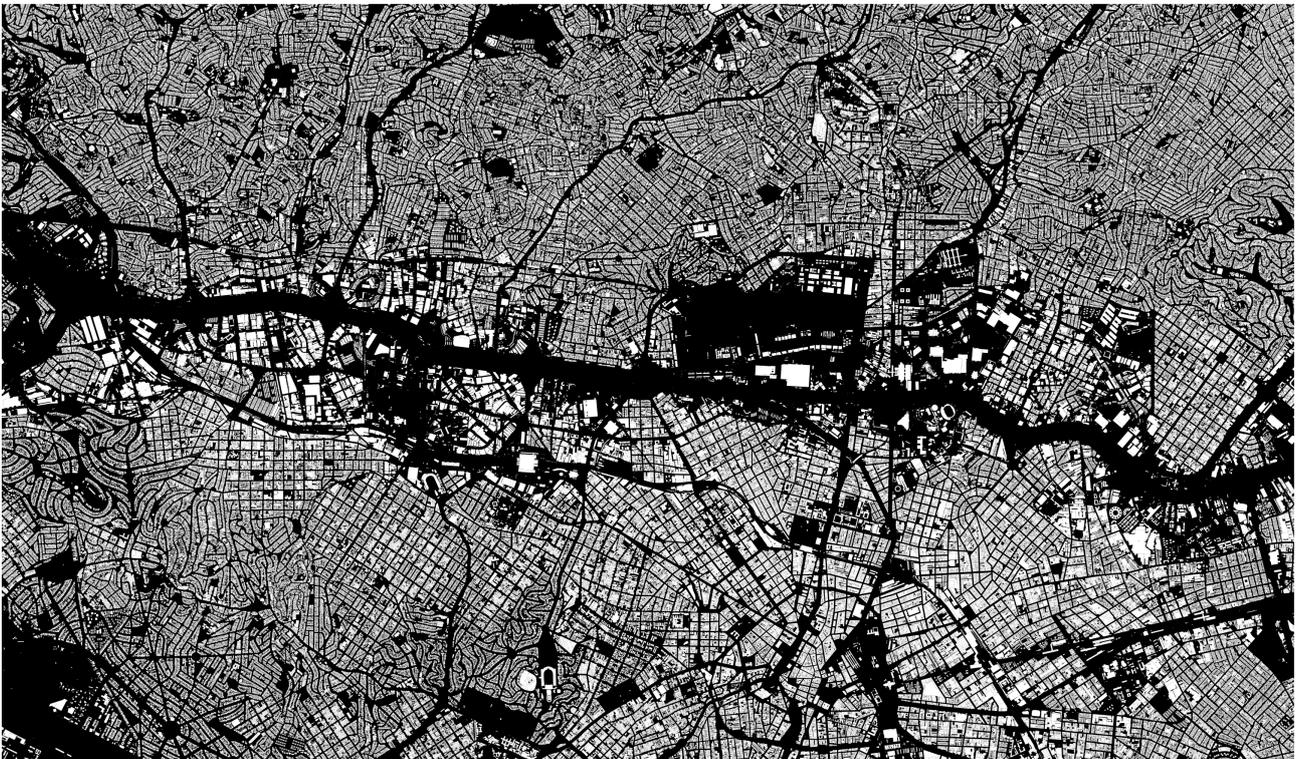
Gabriel Vasquez Rodriguez

Design Gráfico

Thomas Len Yuba

Davi Masayuki Hosogiri (estágio)

Arco Tietê



Nº	Nome/ Associação	Data	Item comentado	Contribuição	Eixo Temático	Resposta
1	Fernanda Bardelli (Autônoma)	18/10/2019	"Geral"	Visualizei o projeto e vi que estão previstas as ciclopassarelas, o que é algo muito positivo e primordial para um projeto de longo prazo que precisa atender e viabilizar o desenvolvimento de uma cidade mais sustentável, equitativa e com acessibilidade. Desta forma reforço para que todas essas infraestruturas cicloviárias sejam executadas e que se tenha o cuidado de ter conectividade e facilidade de acesso para que seja de fato uma rota mais acessível e mais rápida para o ciclista. Da mesma maneira é importante a priorização do transporte coletivo, para que este tenha agilidade e preferência nas vias e vai ao encontro da diminuição do uso do transporte particular motorizado.	MOBILIDADE	<p>Com o objetivo de se construir uma cidade mais sustentável as Diretrizes Urbanísticas Gerais do projeto identificam elementos comuns aos Setores e sua relação com a Política Urbana municipal e incluem:</p> <p>VIII - Apoio à implantação dos corredores de transporte público coletivo de média e alta capacidade, de forma a melhor atender os fluxos atuais e preparar o território para receber o adensamento construtivo e populacional previsto;</p> <p>IX - Reestruturação do sistema de mobilidade, com a implantação de melhoramentos viários estruturais que facilitem o acesso a áreas produtivas e incrementem a circulação de pessoas e mercadorias;</p> <p>X - Promoção do aumento da conectividade viária por intermédio da implementação de melhoramentos viários complementares aos estruturais e de incentivos ao parcelamento de grandes lotes;</p> <p>XI - Construção de passeios amplos, da promoção de transposição de barreiras urbanas como os rios e a ferrovia, e complementação da rede cicloviária, conectando-a com outros modos de transporte e associados ao sistema de espaços públicos;</p> <p>De todo modo, o diagnóstico e o programa de interesse público ora disponibilizados para consulta pública constituem elementos prévios ao desenvolvimento do PIU. Em etapa futura, essas propostas de intervenções preliminares poderão avançar e ser complementadas, resultando em um programa de intervenções composto por ferramentas concretas capazes de solucionar ou mitigar os problemas apresentados pelo diagnóstico e promover a qualificação do espaço urbano, tais como requalificação de viário existente, implantação de ciclovias/ciclofaixas, implantação de ciclopassarelas e implantação de novos equipamentos públicos. Para isto, o projeto levará em conta a viabilidade econômica, o instrumento de ordenamento e reestruturação urbana e as atribuições e competências dos órgãos da administração.</p>
2	Kaísa Santos	18/10/2019	"Programa de Interesse Público"	Que tristeza ver o que se tornou o perímetro de uma intervenção que poderia trazer mais soluções para o mais próximo, dentro dos limites do município, para a cabeceira do Rio. Eu percebi, todos percebem. Quanto mais central, mais interesse. Ter que criar, recriar ir de embate e travar soluções de questões fundiárias e ambientais COM IMPACTO nos trechos do Rio que também importa não é tratativa e de interesse para nenhuma gestão.	ESTRATÉGIA	<p>Novos planos, projetos e marcos legais foram desenvolvidos no âmbito do Município a partir de 2016, data de envio do Projeto de Lei nº581/2016 à Câmara Municipal, e seus perímetros e disposições se sobrepõem ora integralmente, ora parcialmente ao perímetro do PIU Arco Tietê, com impactos no projeto anteriormente concebido, demandando uma nova estratégia de abordagem para o mesmo. As interferências entre planos e projetos ao longo do tempo são esperadas, uma vez que os projetos urbanos não são objetos fechados e estaques, mas resultados de um processo dinâmico e, essencialmente, conjuntural.</p> <p>Diante disto, como resposta à complexidade de situações e dinâmicas emergentes do território, a nova área de estudo respeita os projetos e planos colocados, subtraindo do perímetro original os perímetros da OUC Água Branca e PIU Setor Central sem, no entanto, ignorar as articulações entre projetos, que se traduzem, por exemplo, na previsão de novas transposições, na condução da produção imobiliária e no estabelecimento de novas conexões viárias e de transporte público.</p>
3	marina de siqueira pozzoli	18/10/2019	"Motivação"	Com relação ao item VIII há um atraso grande. O Rio Tietê segue poluído, em algumas épocas do ano exala cheiro forte, não há flora e muito menos fauna nas margens. Acho que o projeto de contenção de enchentes não levou em consideração a vida do próprio rio. Cimento nas margens, formando uma rampa para a água, suja, não subir com a chuva. Conheço bem o trajeto entre o Bom Retiro e Guarulhos, de ônibus ou carro.	MEIO AMBIENTE	<p>Considerando as demandas e os problemas evidenciados na etapa de diagnóstico, tais como a degradação física e ambiental a que foram sendo submetidos o rio Tietê e seus afluentes ao longo do processo de urbanização, a retomada dos estudos do PIU Arco Tietê buscou evidenciar aspectos relativos à construção de um projeto urbano sustentável, no qual todas as ações são engajadas para assegurar a interação entre viabilidade econômica, desenvolvimento social e regeneração ambiental. Em termos urbanísticos, somam-se a essa tríade os aspectos relativos à mobilidade urbana, elemento central na Política Urbana construída pelo PDE.</p> <p>Do ponto de vista da drenagem urbana, atualmente reconhecem-se como melhores práticas o incremento de áreas permeáveis, adequada captação e condução e retardo no lançamento das águas pluviais. Para isto, o programa de intervenções a ser desenvolvido na próxima etapa do PIU prevê ferramentas concretas capazes de solucionar ou mitigar os problemas apresentados pelo diagnóstico e promover a qualificação do espaço urbano, tais como a implantação de canteiros drenantes, praças de acumulação e praças de absorção.</p> <p>Já do ponto de vista do saneamento, o Programa Córrego Limpo, parceria entre Prefeitura, Governo do Estado e Sabesp, concessionária desse serviço no município, tem como objetivo melhorar a qualidade de água dos mananciais, rios e córregos, através de adequações no sistema de esgotamento sanitário do entorno dos córregos, trabalhos de manutenção e educação ambiental. No desenvolvimento do PIU, busca-se a articulação com demais órgãos da administração como meio de promover uma intervenção integrada e assim obter resultados mais contundentes.</p> <p>Num contexto de recuperação que é gradual e multidisciplinar, cabe ao PIU-ACT uma nova estratégia, preparar o território para no futuro a cidade se aproximar de forma integrada e qualitativa do rio. A proposta de construção de novas vias internas aos bairros, como os apoios urbanos, ou na região da macrometrópole, como o rodoanel, contribuirão para reconquista das margens do rio em longo prazo.</p>

4	IZABEL HARBACH	18/10/2019	"Programa de Interesse Público"	GESTÃO DEMOCRÁTICA	<p>A geração de expectativa, ansiedade e insegurança na população são impactos esperados durante o período de divulgação do empreendimento. Considerados de curto prazo, poderão ser mitigados através de canal de comunicação para divulgação do empreendimento de forma didática.</p> <p>Para além da divulgação, a gestão democrática é parte fundamental da democracia participativa e representativa pactuada entre os estes federativos por meio da Constituição de 1988. Na agenda urbana, a participação popular integrante do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) se consolida no Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei Municipal nº 16.050/2014) por meio do capítulo de Gestão Democrática, que tem por objetivo fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade, em um processo permanente, descentralizado e participativo de planejamento. Ela garante a participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento.</p> <p>No que diz respeito aos Projetos de Intervenção Urbana especificamente, o Decreto Municipal nº 56.901/2016, define suas etapas de elaboração e produtos resultantes, os procedimentos legais bem como os momentos de participação popular.</p>
5	Steffano Esteves	18/10/2019	"Geral"	INSTRUMENTOS	<p>Nos termos do Decreto Municipal nº 56.901/2016, que dispõe sobre a elaboração de Projeto de Intervenção Urbana, o diagnóstico e o programa de interesse público ora disponibilizados para consulta pública constituem elementos prévios à elaboração do PIU.</p> <p>Em etapa futura, após análise da adequação da proposta à política de desenvolvimento urbano do Município e autorização para elaboração do PIU pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Projeto de Intervenção Urbana deverá indicar os objetivos prioritários da intervenção, as propostas relativas a aspectos urbanísticos, ambientais, sociais, econômico-financeiros e de gestão democrática, dentre as quais: IX - estratégias de financiamento das intervenções previstas na modelagem urbanística, com identificação de fontes de recursos passíveis de serem utilizados e proposta, se for o caso, de parcerias com outras esferas do setor público e com o setor privado para a implantação das intervenções previstas.</p>
6	Denis Nascimento dos Santos	19/10/2019	"Motivação"	MEIO AMBIENTE	<p>Este planejamento é um retrocesso ambiental, pois é justamente o avanço da urbanização sobre as áreas desabitadas que causa os alagamentos e deterioração dessas áreas, que estão cada vez mais escassas, sendo um dos poucos lugares que podem escoar toda a água que chega das áreas urbanizadas.</p> <p>Verifica-se no Arco Tietê, por um lado, a presença de vias estruturais e infraestruturas que fazem parte dos sistemas de transporte coletivo de massa e, por outro, a presença de processos de transformação econômica e de padrões de uso e ocupação do solo, com a necessidade de equilíbrio na relação entre emprego e moradia. Diante disto, com o objetivo de promover transformações estruturais, o PDE estabelece, no artigo 134, que o Município deverá desenvolver Projetos de Intervenção Urbana para promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação, para maior aproveitamento da terra urbana e consequente aumento das densidades construtivas e demográficas, implantação de novas atividades econômicas e emprego e atendimento às necessidades de habitação e de equipamentos sociais para a população.</p> <p>Neste contexto, o PIU Arco Tietê busca por promover uma intervenção que contribua para solucionar os diversos problemas derivados do processo de urbanização do perímetro, de modo a assegurar o uso mais coerente e inteligente da cidade, de sua infraestrutura e de seus recursos, com vistas à construção de um projeto urbano sustentável, no qual todas as ações são engajadas para assegurar a interação entre viabilidade econômica, desenvolvimento social e regeneração ambiental, utilizando-se de ferramentas concretas para o aumento das áreas permeáveis e da arborização, para a captação, condução e retardo do lançamento das águas pluviais e para a qualificação dos rios e córregos.</p>
7	Rogério Borlina (cidadão)	20/10/2019	"Geral"	MOBILIDADE MEIO AMBIENTE	<p>Parabéns para equipe pelo trabalho. Contudo, sem entrar no detalhe individual, acredito que precisamos ser mais ousados quando se refere à implementação de parques e praças públicas, e corredores de transportes públicos. Caso contrario teremos que discutir o tema novamente antes destes projetos serem implementados. Apesar de ser melhor implementar o que já tem pronto a começar a discutir novamente. Observem que cidades mais desenvolvidas do mundo tem estas características fortemente acentuadas, muito verde e muito transporte publico de qualidade. Então, vamos fazer nossa cidade ser muito melhor ! Por exemplo, uma proposta é aumentar as áreas de parques a partir das áreas de inundação que ainda não constam para isto na proposta. O mercado imobiliário é muito agressivo, e não traz contrapartida para todo do ecossistema urbano, o que provoca congestionamentos e falta de áreas verdes e de lazer, o que também acaba por acarretar problemas sociais e econômicos. Portanto para equalizar estas deficiências, o projeto publico precisa ser ousado para aumentar justamente áreas verdes e o transporte urbano publico e diverso em maior quantidade e qualidade.</p> <p>Com o objetivo de se construir uma cidade mais sustentável as Diretrizes Urbanísticas Gerais do projeto identificam elementos comuns aos Setores e sua relação com a Política Urbana municipal e incluem:</p> <p>III - Incentivo à transformação de lotes de grande ou de pequena dimensão, através da definição de parâmetros urbanísticos e diretrizes de parcelamento ou de incentivos ao remembramento, associado ao incremento de áreas permeáveis e vegetadas e áreas para novos equipamentos institucionais e sociais;</p> <p>VI - Promoção de estratégias para preservação e recuperação das várzeas e Áreas de Preservação Permanente (APP) do rio Tietê e de seus afluentes, implantando-se novos parques urbanos, com objetivo ambiental e de lazer, parques lineares ao longo dos cursos d'água existentes;</p> <p>VII - Implantação de áreas verdes de lazer, esporte e contemplação associadas a soluções funcionais de drenagem nas áreas atualmente sujeitas a alagamento;</p> <p>VIII - Apoio à implantação dos corredores de transporte público coletivo de média e alta capacidade, de forma a melhor atender os fluxos atuais e preparar o território para receber o adensamento construtivo e populacional previsto;</p> <p>De todo modo, o diagnóstico e o programa de interesse público ora disponibilizados para consulta pública constituem elementos prévios ao desenvolvimento do PIU. Em etapa futura, essas propostas de intervenções preliminares poderão avançar e ser complementadas, resultando em um programa de intervenções composto por ferramentas concretas capazes de solucionar ou mitigar os problemas apresentados pelo diagnóstico e promover a qualificação do espaço urbano, tais como requalificação de viário existente, implantação de novos parques e novas praças, implantação de caminhos verdes arborizados. Além do programa de intervenções o PIU também poderá dispor de projetos estratégicos e previsão de incentivos como medidas concretas para efetivação das diretrizes . Para isto, o projeto levará em conta a viabilidade econômica, o instrumento de ordenamento e reestruturação urbana e as atribuições e competências dos órgãos da administração.</p>

8	ROSEMARY APARECIDA MALHEIROS	21/10/2019	"Apresentação"	<p>Acho que é muito importante manter sempre este contato com a sociedade civil e cidadãos, afinal são os que receberão os serviços e, sem a participação destes, o projeto poderá não atingir sua finalidade ou encontrar resistências maiores do que a esperada.</p>	GESTÃO DEMOCRÁTICA	<p>A geração de expectativa, ansiedade e insegurança na população são impactos esperados durante o período de divulgação do empreendimento. Considerados de curto prazo, poderão ser mitigados através de canal de comunicação para divulgação do empreendimento de forma didática.</p> <p>Para além da divulgação, a gestão democrática é parte fundamental da democracia participativa e representativa pactuada entre os estes federativos por meio da Constituição de 1988. Na agenda urbana, a participação popular integrante do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) se consolida no Plano diretor Estratégico – PDE (Lei Municipal nº 16.050/2014) por meio do capítulo de Gestão Democrática, que tem por objetivo fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade, em um processo permanente, descentralizado e participativo de planejamento. Ela garante a participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento.</p> <p>No que diz respeito aos Projetos de Intervenção Urbana especificamente, o Decreto Municipal nº 56.901/2016, define suas etapas de elaboração e produtos resultantes, os procedimentos legais bem como os momentos de participação popular.</p>
9	Mariana Ferraz	31/10/2019	"Geral"	<p>A implantação de áreas verdes, através de novos parques lineares, praças e calçadas verdes, rotatórias verdes e jardins de chuva para amenizar o microclima local, poderia ser ainda maior. Poderia incentivar uma taxa de permeabilidade do solo maior nos lotes. A transposição das linhas férreas é um desafio, porque os viadutos, passarelas e vias isoladas pelos muros das linhas da CPTM são locais inseguros e com alta criminalidade, perigoso para aqueles que moram, trabalham ou circulam pela região a pé ou de bicicleta e automóveis. A noite o problema é ainda maior. Poderia incentivar transposição por dentro de construções que sirvam como espaço público e passarela como no futuro Parque Guaicurus, e em outros locais estratégicos, próximo a grandes viadutos. Incentivar a ampliação de avenidas paralelas as linhas do trem. Corredores verdes com iluminação adequada aos pedestres.</p>	MEIO AMBIENTE MOBILIDADE	<p>Complementarmente às Diretrizes Urbanísticas Gerais, ou seja, aquelas que identificam elementos comuns aos Setores e sua relação com a Política Urbana municipal, as Diretrizes Urbanísticas específicas apontam direcionamentos preliminares para cada Setor a partir da sua caracterização.</p> <p>A caracterização do setor Lapa reconhece os aspectos positivos e negativos da presença da infraestrutura ferroviária, áreas sujeitas à inundação e baixos índices de espaços verdes por hectare e a necessidade de proposição de soluções que atendam as especificidades do território.</p> <p>O diagnóstico e o programa de interesse público ora disponibilizados para consulta pública constituem elementos prévios ao desenvolvimento do PIU. Em etapa futura, essas propostas de intervenções preliminares poderão avançar e ser complementadas, resultando em um programa de intervenções composto por ferramentas concretas capazes de solucionar ou mitigar os problemas apresentados pelo diagnóstico e promover a qualificação do espaço urbano, tais como requalificação de viário existente, implantação de novos parques e novas praças, implantação de caminhos verdes arborizados. Além do programa de intervenções o PIU também poderá dispor de projetos estratégicos e previsão de incentivos como medidas concretas para efetivação das diretrizes. Para isto, o projeto levará em conta a viabilidade econômica, o instrumento de ordenamento e reestruturação urbana e as atribuições e competências dos órgãos da administração.</p>
10	Edilson Oliveira	06/11/2019	"Motivação"	<p>Acredito que falta um tópico de suma importância que é o "tratamento do Rio Tietê". Vocês falam sobre a degradação do rio e o isolamento das duas margens tentando, com este PIU, melhorar a urbanização. Mas como pode se pensar numa urbanização de uma área sem levar em conta que o rio que recorta esta área sofreu e ainda sofre poluição e contaminação? Ótimo pensar em parques, ciclovias, pontes de acesso, mas tudo isso no entorno de um "rio" (mais para esgoto) que foi esquecido e ignorado por décadas? Ao meu ver é primordial pensar primeiramente na recuperação dele para depois sim fazer a urbanização adequada. Temos o caso do Córrego Cheonggyecheon em Seul na Coreia do Sul onde primeiro recuperaram o córrego, que era praticamente puro esgoto, e depois fizeram um planejamento urbano adequado e consequentemente atraindo o turismo, empresas e comércio. Todos nós sabemos que o Tietê piorou muito nos anos 40 e 50 quando o prefeito Adhemar de Barros resolveu interligar as redes de esgoto sanitário da cidade, fazendo-as desembocarem no rio. Por que não fazemos o contrário, criando uma rede de esgotos que não vá para o rio e sim para uma estação de tratamento e assim já começando a pensar na limpeza do Tietê? Na faculdade nos ensinaram que a área de várzea sempre será várzea. Não importa qual intervenção seja feita temos que deixar esta área livre e limpa. Devemos pensar melhor no Rio de Tietê neste PIU.</p>	MEIO AMBIENTE	<p>Considerando as demandas e os problemas evidenciados na etapa de diagnóstico, tais como a degradação física e ambiental a que foram sendo submetidos o rio Tietê e seus afluentes ao longo do processo de urbanização, a retomada dos estudos do PIU Arco Tietê buscou evidenciar aspectos relativos à construção de um projeto urbano sustentável, no qual todas as ações são engajadas para assegurar a interação entre viabilidade econômica, desenvolvimento social e regeneração ambiental. Em termos urbanísticos, somam-se a essa tríade os aspectos relativos à mobilidade urbana, elemento central na Política Urbana construída pelo PDE.</p> <p>Do ponto de vista da drenagem urbana, atualmente reconhecem-se como melhores práticas o incremento de áreas permeáveis, adequada captação e condução e retardo no lançamento das águas pluviais. Para isto, o programa de intervenções a ser desenvolvido na próxima etapa do PIU prevê ferramentas concretas capazes de solucionar ou mitigar os problemas apresentados pelo diagnóstico e promover a qualificação do espaço urbano, tais como a implantação de canteiros drenantes, praças de acumulação e praças de absorção.</p> <p>Já do ponto de vista do saneamento, o Programa Córrego Limpo, parceria entre Prefeitura, Governo do Estado e Sabesp, concessionária desse serviço no município, tem como objetivo melhorar a qualidade de água dos mananciais, rios e córregos, através de adequações no sistema de esgotamento sanitário do entorno dos córregos, trabalhos de manutenção e educação ambiental. No desenvolvimento do PIU, busca-se a articulação com demais órgãos da administração como meio de promover uma intervenção integrada e assim obter resultados mais contundentes.</p> <p>Num contexto de recuperação que é gradual e multidisciplinar, cabe ao PIU-ACT uma nova estratégia, preparar o território para no futuro a cidade se aproximar de forma integrada e qualitativa do rio. A proposta de construção de novas vias internas aos bairros, como os apoios urbanos, ou na região da macrometrópole, como o rodoanel, contribuirão para reconquista das margens do rio em longo prazo.</p>